

N^o 171

Coleção

TEXTOS

ACADÊMICOS

Ano 2

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**A ECONOMIA AÇUCAREIRA NO
NORDESTE E NO RIO GRANDE DO
NORTE: A SOCIEDADE
ESCRAVISTA, DECOMPOSIÇÃO DO
COMPLEXO RURAL E RELAÇÕES
DE TRABALHO**

Maria Leda Lins Guimarães

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Geografia

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES



A ECONOMIA AÇUCAREIRA NO NORDESTE E NO RIO GRANDE DO NORTE:
A SOCIEDADE ESCRAVISTA, DECOMPOSIÇÃO DO COMPLEXO
RURAL E RELAÇÕES DE TRABALHO

MARIA LEDA LINS GUIMARÃES

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL
NATAL, MARÇO DE 1982



PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL
COLEÇÃO TEXTOS ACADÊMICOS, 171

REITOR: Prof. Diógenes da Cunha Lima
VICE-REITOR: Prof. Esequias Pegado Cortez Neto
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO: Prof. Pedro Simões Neto
COORDENADORES DO PROGRAMA: Heloísa Carmen Lordão Monteiro
João Afonso do Amaral
EQUIPE DE APOIO: Jacinta Leite de Oliveira
Pedro Gutemberg Pinheiro de Souza
Roberto Anderson da Silva
José Tavares Filho
Jonas Rodrigues do Nascimento

Guimarães, Maria Leda Lins.

A economia açucareira no Nordeste e no Rio Grande do Norte: a sociedade escravista, decomposição do complexo rural e relações de trabalho. Natal, PRAEU, 1982.

51p.

Monografia (especialização) Univ. Fed. Rio Grande do Norte.

1. Brasil - Nordeste - Açúcar - Aspectos econômicos - Monografias. I. Título.

CDU 664.111:33(812/814))043.3)

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte mantém um programa de estímulo ao trabalho intelectual que nasceu da necessidade de valorizar e difundir a produção intelectual acadêmica. Consiste, basicamente, na reunião de todas as dissertações, teses e monografias elaboradas por Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, num espaço físico a que denominamos "Banco de Estudos Universitários" e que serve como fonte de consulta à toda comunidade acadêmica.

A partir da classificação desses trabalhos, uma comissão composta por membros do Conselho Editorial e representantes dos departamentos acadêmicos, seleciona obras representativas de suas áreas, para publicação.

O programa prevê a edição de duas coleções: Estudos Universitários, com livros impressos em off-set pela Editora Universitária e Textos Acadêmicos, reproduzidos pelo sistema de mimeógrafo, pelo grupo técnico da coordenação do programa, na sede da Pró-Reitoria para Assuntos de Extensão Universitária.

A UFRN pretende editar cerca de 400 títulos através das duas coleções, ao mesmo tempo em que publica um Catálogo Geral, demonstrativo de todo o esforço intelectual da comunidade universitária norte-rio-grandense.

É um programa ambicioso, mas simples e concreto como a vontade de fazer. Na medida em que estabelece um volume quantitativamente ousado de títulos para publicação, adota uma definição técnica no mínimo humilde para realizá-lo: a opção do mimeógrafo para a maioria das edições.

Há de ser reconhecido que a produção intelectual das Universidades tem sido dirigida para objetivos que escapam à produção ou transmissão de conhecimentos: promove currículos acadêmicos, ou é confinada em prateleiras. Em ambas as hipóteses, o ineditismo dos trabalhos conspira contra os seus verdadeiros desígnios.

Nosso programa atende ao objetivo maior de difundir o conhecimento assimilado ou produzido pela Universidade, revalorizando o esforço intelectual dos professores ao mesmo tempo em que estimula a sua aplicação. E nenhuma outra pretensão nos orienta.

Diógenes da Cunha Lima

Reitor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. A Economia Açucareira na Sociedade Escravista no Nordeste e no Rio Grande do Norte.

1.1 - Evolução da Economia Açucareira no Nordeste.

1.2 - Relações Capital e Trabalho Escravo.

1.3 - A Economia Açucareira e o Trabalho Escravo no Rio Grande do Norte.

Notas Bibliográficas.

2. Decomposição do Complexo Rural Nordestino pelo Capital na Economia Açucareira: Engenhos Centrais e Usinas.

2.1 - Os subsídios do Governo e Capitais nos Engenhos Centrais.

2.2 - O Capital Industrial e Financeiro nas Usinas de Açúcar.

Notas Bibliográficas

3. As Relações de Trabalho na Economia Açucareira.

3.1 - As Relações de Trabalho na Indústria.

3.2 - As Relações de Trabalho no Campo.

Notas Bibliográficas.

Considerações Finais.

Bibliografia.

I - INTRODUÇÃO

A economia açucareira no Nordeste e no Rio Grande do Norte: a sociedade escravista, decomposição do complexo rural e relações de trabalho. Constitui uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida sob três sub-temas. Objetiva fundamentar a pesquisa de campo que pretendemos realizar sobre as relações de trabalho na economia açucareira do Rio Grande do Norte. Com esta abordagem, não existe nenhuma pesquisa na área açucareira do Estado.

No Brasil foram introduzidos os móveis capitalistas com a colonização e estão ligados à atividade açucareira no Nordeste, assegurada pela mão-de-obra escrava, produzindo com mais eficiência e capitalizando mais densamente. O processo de acumulação realizou-se através de formas específicas, fundamentadas na articulação entre a propriedade dos meios de produção industrial e a propriedade fundiária.

Na organização agrária no Nordeste Colonial completam-se os três elementos constitutivos: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho as relações escravistas da produção. Na Colônia constitui-se uma formação social escravista, uma sociedade organizada passível de contradições. A propriedade dos escravos e a terra foi introduzida em função da produção de açúcar. O sistema de escravidão representou um elemento fundamental nas relações de produção na colônia.

É a produção açucareira a atividade fundamental em que se assentou a vida da colônia. Esta se espe

cializou na produção do açúcar, produto que encontrou boa colocação no mercado, oferecendo alta rentabilidade. Questões políticas externas provocam a decadência da produção, sendo substituída pela mineração e após seu declínio ressurgiu a agricultura, principalmente a canavieira. No século XVIII, evidencia-se um grande esforço para uma maior produção, embora os preços nos mercados não se elevassem.

Até 1850, a evolução da produção açucareira desenvolveu-se em direções distintas: o crescimento extensivo da produção e as primeiras tentativas de inovação tecnológica nos engenhos. É acelerado o nível de produção, com Pernambuco liderando as exportações. A partir de 1860, a posição do Brasil no mercado internacional começa a sofrer os efeitos da industrialização da produção, nos demais países concorrentes com o açúcar da beterraba e a produção do açúcar em Cuba. O Brasil começava também a se integrar no mercado mundial de manufaturas, cuja utilização nos engenhos foi, daí por diante, estimulada pela influência crescente dos interesses ingleses no país e pelas iniciativas tomadas pelo governo imperial, dominado pela oligarquia dos senhores de engenho.

A concorrência, com os países produtores do açúcar no mercado europeu, implicou na redução das receitas de exportação e não sendo possível superar estas dificuldades a indústria açucareira estagnou. Supridos seus mercados externos, a produção do açúcar ficou restrita quase exclusivamente ao mercado interno, ocorrendo em consequência uma profunda crise de grandes consequências.

Nos fins do século XIX começou a melhoria na fabricação do açúcar bruto para o açúcar claro, para esta inovação nas técnicas tradicionais, foram necessários a ajuda do governo imperial e, em seguida, do governo Republicano. A política econômica governamental tinha por objetivo substituir os velhos banguês por engenhos centrais. Foram atraídos capitais nacionais e estrangeiros para a economia açucareira. Em Pernambuco, os primeiros contratos para a construção dos engenhos centrais são realizados em 1876 por empresas estrangeiras interessadas na garantia de juros e outras concessões do governo imperial para construir fábricas nos Estados do Nordeste.

Com a instalação dos engenhos centrais ocorreria mudanças nas relações de produção, divisão de trabalho, entre a lavoura e a indústria, mais precisamente entre a propriedade rural e a propriedade industrial e que o sistema fundiário não iria permitir.

Os subsídios governamentais facilitaram os esforços para mobilizar capital e modernizar a economia do açúcar, assumindo três formas principais: subsídio às formas de crédito; empréstimos de capital em títulos governamentais e garantia de lucros aos investimentos. Os subsídios aos engenhos centrais fracassaram pela especulação, pela fraude nos contratos, por regular a atividade dos engenhos, pelas dívidas contraídas, pelo fornecimento e preços da cana. Além de continuar funcionando os engenhos banguês ao lado dos engenhos centrais.

Não obstante os subsídios governamentais, o capital estrangeiro e nacional, a experiência da implanta

ção dos engenhos centrais, fracassou, ocasionando o surgimento da Usina, e a transformação de alguns engenhos centrais em Usinas, reunindo assim a atividade agrícola e a industrial. O governo republicano, na sua primeira década, ajudou este novo empreendimento. A Usina, cercada por imensos latiúndios, investiu sobre as terras dos antigos engenhos e se desenvolveu em ritmo crescente nas primeiras décadas do século XX.

A Usina ampliou a sua área com a agricultura comercial, impediu que os pequenos proprietários, arrendatários e moradores, se mantivessem no setor da economia de subsistência descaracterizando o complexo rural. A força econômica da Usina se baseia na maior produtividade do trabalho que explora para garantir o seu lucro, e na apropriação da maior parcela possível da mais valia. O crescimento da área de influência da usina, pouco contribuiu para favorecer o pequeno proprietário ou arrendatário, e também pouco aumentou a mão-de-obra ocupada na sua economia.

O controle da atividade produtiva, em sua totalidade, permaneceu como elemento fundamental da estrutura de produção e a propriedade fundiária como elemento de articulação entre os dois setores da economia açucareira. A industrialização da produção açucareira pernambucana ocorreu num momento de crise das exportações brasileiras, quando o Brasil perde seus mercados externos tradicionais. A economia açucareira, a partir de então, volta-se naturalmente para o mercado interno.

A necessidade de produzir mais, para este mercado, possibilitou a Pernambuco assegurar a primeira poo

sição de produtor no país. A produção do açúcar, não obstante algumas crises, é intensa, a ponto de entre a década 1920/1930 eclodir uma crise econômica proveniente deste fato. O país consumia bastante, porém incapaz de absorver a produção, por esta razão foi imperativa a intervenção do Estado na economia açucareira.

A revolução industrial do açúcar ocorreu quando foi substituído o engenho pela usina, a manufatura pela produção industrial, a substituição do homem pela máquina. O sentido desta revolução era a obtenção de um produto de melhor qualidade e objetivava maior produtividade do trabalho. O usineiro só poderia diminuir os custos dos investimentos na máquina, para produzir mais açúcar, com menos emprego de braços.

O sistema usineiro expulsou as atividades de subsistência das áreas, que se apropriava transferindo as terras para a economia de mercado. As propriedades, alargando sua área com a agricultura comercial, impediam que seus antigos moradores se mantivessem no setor de subsistência da economia e esta mão-de-obra era absorvida particularmente pela usina.

A medida que a força econômica dos proprietários se baseia exatamente na maior produtividade do trabalho que explora, o crescimento de sua área de influência contribuirá menos para aumentar a parte da população ocupada pela economia de mercado, do que para criar aquela massa de desempregados conhecidos por "exército industrial da reserva" (1).

A indústria poderia absorver uma crescente mão-de-obra, retirada no setor de subsistência, se o açúcar produzido tivesse crescido mais do que a produtividade do trabalho. Porém expulso o açúcar brasileiro do mercado internacional, foi a agro-indústria açucareira premida a voltar-se para o comércio interno e nas primeiras décadas do presente século a produção foi moderada. Daí o retorno dos trabalhadores, ao setor de subsistência, reforçando o exército industrial de reserva, pelo debilitamento do mercado interno. Em decorrência, cada vez mais acentuou-se o baixo poder aquisitivo da população ocupada no setor da economia de mercado, e da população desocupada ou semidesocupada face à sua renda salarial. Enquanto isso, quase toda a totalidade do rendimento proporcionado pela produção açucareira era retido pela elite industrial da região (2).

O advento da usina modificou radicalmente a economia açucareira. A usina é uma fábrica de açúcar, com um investimento complementar na produção agrícola, que é a matéria-prima. Uma parte substancial do seu ativo imobilizado é constituído pelo capital fixo industrial, cuja valorização exige que sua capacidade de produção seja aproveitada em elevada proporção, com absorção de quantidades sempre maiores da cana-de-açúcar, para obter um lucro maior.

Enquanto se mantinha "complexo rural", a empresa açucareira era mercantil, porém não capitalista. Com a decomposição do complexo rural, acelerado pela penetração no campo do capital industrial altamente concentrado, não deixou impedir que uma parte da população emigrasse para as cidades, contribuindo para a sua expansão. Porém as ativida

dades produtivas urbanas não se desenvolveram a ponto de absorver a mão-de-obra oriunda do campo, que as transformações capitalistas lhe encaminhava (3).

1. A ECONOMIA AÇUCAREIRA NA SOCIEDADE ESCRAVISTA NO NORDESTE E NO RIO GRANDE DO NORTE.

1.1 - EVOLUÇÃO DA ECONOMIA AÇUCAREIRA NO NORDESTE

O cultivo da cana de açúcar determinou o tipo da grande propriedade monocultora e propiciou a implantação do trabalho escravo. No fim do século XVI, a produção de açúcar era vinte vezes maior do que a cota de produção que o governo português havia estabelecido um século antes para as ilhas do atlântico. É a expansão do capital comercial dinamizado na cultura da cana de açúcar. O volume de exportação de açúcar atingiu seus índices mais altos entre 1650. Na segunda metade deste século inicia-se a grande concorrência do açúcar antilhano das colônias da Holanda, Inglaterra e França, os preços são bastante reduzidos e o açúcar no Brasil é quase anulado dos mercados tradicionais. A época de maior rentabilidade do açúcar colonial é ultrapassado, o volume das exportações médias anuais quase não chega a alcançar 50% dos anos anteriores (1).

A política de restrições econômicas e a opressão administrativa da metrópole tomam considerável impulso, sobretudo a partir do século XVIII. Na Colônia a atividade açucareira cede à da mineração, e esta ascensão promove a decadência da agricultura canavieira. Desenvolve-se plenamente a política colonial adotada desde o século anterior pelas grandes potências concorrentes de Portugal (a política do pacto colonial). No início deste século não era somente grave a situação da agricultura de subsistência, como também difícil a situação da agricultu

ra, e outros fatos importantes concorreram para o Brasil se colocar em boa situação frente ao mercado mundial de produtos coloniais. "A neutralidade, mesmo inconsistente de Portugal nos conflitos internacionais, permitia-lhe desenvolver seu comércio e tirar dessa posição vantajosa grandes proveitos" (2). É o momento de graves perturbações nas colônias inglesas e francesas das antilhas, face a revolução de independência do Haiti e o bloqueio continental de Napoleão. Desorganizam sua adiantada indústria açucareira, privando os consumidores europeus em grande parte de açúcar antilhano, afastando-o do mercado e permitindo a liderança do açúcar produzido na Bahia e em Pernambuco.

O preço do açúcar não se elevou, o volume total da produção aumentou, ocorrendo a grande produção. O declínio da taxa de câmbio tinha efeitos contraditórios, beneficiava os produtores do açúcar porque permitia-lhes vender a moeda estrangeira produzida pelas exportações por um montante crescente de mil réis. As quedas da taxa de câmbio funcionavam como compensação das quedas do preço do açúcar. A expansão da produção é igualmente estimulada pelas condições imediatas do mercado internacional, mesmo sofrendo as restrições impostas pelos principais países importadores, que possuíam suas próprias fontes de abastecimento coloniais. Mesmo assim o Brasil procura penetrar naqueles mercados. A procura cada vez maior dos produtos coloniais se mantém durante o século XIX apesar das oscilações cíclicas e também se vincula à necessidade do capitalismo europeu ampliar o mercado

para os seus produtos manufaturados. A penetração da economia comercial no Brasil é incrementada também pela extinção dos entraves do pacto colonial. (3).

O volume total da produção aumentou regularmente no curso do século, em função de crescimento populacional da Europa, da América do Norte e da Variação do preço da demanda, os produtores não podiam elevar os preços contendo a oferta. O açúcar foi produzido quanto possível fosse a dado preço, para atrair novos mercados e assegurar os lucros do açúcar pernambucano que eram superiores aos obtidos por qualquer outro na província. No amplo contexto da produção mundial do açúcar os exportadores de Pernambuco sofreram com a evolução final do século XIX. No decênio de 1840 o Brasil supria mais de 9% do mercado mundial, cabendo a Pernambuco um terço desta participação. No fim do século a parcela brasileira cai para menos de 2% e a de Pernambuco para um quarto desta percentagem. As causas desta crise era o auge da produção do açúcar de beterraba, rebaixando os preços e tomando conta dos mercados tradicionais. (4).

O açúcar de beterraba que representava em 1840 apenas 8% da produção mundial, eleva sua participação em 1880 para 48%. A partir de então é de beterraba a metade, aproximadamente, da produção do açúcar no mercado internacional. A produção do açúcar em Cuba aumenta consideravelmente, estimulada pelos investimentos dos Estados Unidos em sua indústria e pelas vantagens obtidas com um acordo comercial com este país triplica sua produção.

O Brasil não consegue substituir seus antigos mercados europeus por outros da América, porque os consumidores preferiram ofertas alternativas das colônias ou dos seus próprios territórios. Restou apenas o recurso de proteger o mercado interno, e, neste caso, devido a distância em que ficava Pernambuco dos principais centros urbanos, os produtores nordestinos não puderam manter a predominância que tinham desfrutado nos mercados estrangeiros.

Para superar estas dificuldades, os produtores partiram para a melhoria da indústria açucareira. O açúcar bruto não podia concorrer nem mesmo com o mercado interno e muito senhores de engenho já se preocupava desde 1870 em melhorar as suas instalações, a fim de produzir um açúcar de melhor qualidade. O consumidor brasileiro, como o europeu, exigia açúcar branco e o Brasil possuía poucas refinarias, razão porque o governo imperial impôs taxas de importação sobre o açúcar estrangeiro refinado e cristalizado. Nos fins do século XIX é tentada e parcialmente realizada a melhoria de produção açucareira com a instalação dos engenhos centrais.

1.2 - RELAÇÕES CAPITAL E TRABALHO ESCRAVO

A formação social capitalista no Brasil constituiu-se sobre a formação social escravista e tem suas bases econômicas na produção açucareira do nordeste. A utilização da mão de obra escrava se impôs como solução para o problema da força de trabalho. As relações econômicas ordenadas pelo capitalismo foram a base sobre a qual se formaram as sociedades coloniais. Substancialmente foi o capital comercial que comandou a constituição e o desenvolvimento das formas sociais fundamentadas no trabalho compulsório nas colônias européias do Novo Mundo. Em suma, no primeiro momento, a exploração do trabalho escravo estava subordinado aos movimentos do capital comercial europeu. No segundo momento, a partir do século XVIII as formações sociais escravistas passam a ser decisivamente orientadas pelo capital industrial em expansão na Europa e particularmente na Inglaterra (5).

Nas colônias havia-se constituído formações sociais escravistas e tornaram-se organizações político-econômicas altamente ligadas aos seus centros de decisão. Uma formação social escravista era uma sociedade organizada com base no trabalho escravo. "Assim a formação social escravista era uma sociedade bastante articulada internamente, motivo porque ele pôde resistir algum tempo às contradições externas ou às contradições internas pouco desenvolvidas" (6). Octávio Ianni ainda argumenta afirmando que as tensões e os antagonismos internos e

externos são muitos importantes para explicar a produtividade da formação social escravista e como explicar seus componentes irracionais ou destrutivos. Na escravidão, como formação social, é indispensável considerar suas relações e determinações externas e internas.

O senhor e o escravo pertenciam a duas sociedades organizadas, de modo a produzir e a reproduzir, o escravo, a mais valia absoluta. O desnível cultural, a cultura do escravo subjugada, sua alienação pelo próprio trabalho, a subordinação ao senhor em sua atividade produtiva e no exercício de outras atividades.

De todas as instituições coloniais, sem dúvida, foi a escravidão a mais afetada pela evolução do século XIX. O desenvolvimento do capitalismo mundial do século XVIII e XIX estabelecem as condições do declínio e a queda final do escravismo - sob a escravidão as relações de produção, a organização social e técnica das forças produtivas e as estruturas de apropriação econômica e dominação política, possuem um delineamento qualitativamente diferente de qualquer formação capitalista. "O escravo é diferente do trabalhador livre nas relações capitalistas. A mercadoria do qual o capitalista se apodera é a força do trabalhador, de onde retira a mais-valia, correspondente sobre o trabalho fornecido"(7).

A luta contra a abolição da escravatura, pelos senhores proprietários de escravos, somente é possível compreendê-la no âmbito do universo político, econômico e cultural do escravismo. A libertação do escrava

vo é o processo pelo qual se dá um avanço na constituição das condições racionais indispensáveis à produção crescente de lucro. Antes de ser libertado, o escravo tornava-se bastante oneroso em relação ao que produzia, constituía uma desvantagem para o seu proprietário, pois inevitavelmente seria substituído. Daí, quando foi decretado a abolição, já se havia tomado uma medida econômica necessária para a salvação de grande lavoura, aquela em que na sua estrutura existia há muito tempo uma séria crise.

É possível que o fim da formação social escravista nos Estados Unidos, no Brasil e em outros países, foi o resultado do desenvolvimento de contradições político-econômicas, assim relacionado nos binômios: escravidão e liberdade, escravo e mercadoria, cooperação e divisão social do trabalho, mais valia absoluta e mais valia relativa. (8).

1.3 - A ECONOMIA AÇUCAREIRA E O TRABALHO ESCRAVO DO RIO GRANDE DO NORTE

O trabalho escravo na capitania do Rio Grande do Norte, no primeiro século de colonização, consistia em plantar roçarias (mandioca, milho e feijão) na atividade canavieira do engenho de Cunhau. A capitania possuía poucos escravos comprados nos engenhos de Pernambuco. A ocupação holandesa e as lutas para a sua retirada devastaram as benfeitoras realizadas. As terras da capitania foram doadas a sesmeiros, e estes, não possuindo condições para comprar escravos, terminavam por escravizar o indígena. Surgem constantes conflitos e ocorre a chamada "guerra dos bárbaros", no fim da qual a população indígena ficou bastante reduzida e a capitania, em consequência, é conhecida do litoral ao sertão.

No século XVIII chegam mais escravos para os três engenhos localizados em sesmarias do sítio de Natal, para o litoral sul. A produção açucareira é comercializada com a Companhia Geral de Pernambuco e da Paraíba. Na segunda metade do mesmo século, o cultivo da cana de açúcar é estimulada pelo renascimento de agricultura na colônia e também pela necessidade da elevação da produção açucareira no Nordeste, embora os preços no mercado continuassem baixos. No fim do século XVIII a atividade açucareira nordestina recuperava a sua posição no mercado, não através da elevação dos preços, mas por uma contínua elevação do volume exportado.

Uma estimativa da população no ano de 1805 acusa para 49.250 habitantes, 8.072 escravos negros e pardos que trabalham na atividade açucareira nos núcleos urbanos e na pecuária. Nas freguesias e povoados estavam assim distribuídos: Natal (1.252), São José de Mipibu (1.511), Extremoz (876), Goianinha (391), Canguaretama (384), Ares (126), Macaíba (130), Porto Alegre (100), Açú (1.221), Apodi (1.073), Caicô (871), Pau dos Ferros (496) (9). A condição do Trabalho escravo se igualava à de qualquer província e o escravo era subjugado econômico-social e culturalmente aos interesses do seu proprietário. O poder absoluto do senhor significava a dependência absoluta do escravo.

Na província do Rio Grande do Norte, a produção açucareira se eleva consideravelmente entre 1830 a 1870. Em Pernambuco, o volume total da produção aumentava em função do mercado e de sua elasticidade (preço de demanda), os produtores não podiam elevar os preços contendo a oferta. No Rio Grande do Norte ocorria a mesma expectativa, daí os vales do Ceará Mirim aos de Capiô serem intensamente cultivados. A produção do açúcar na província é responsável pelo seu crescimento. Em 1854 existiam 173 engenhos moendo, afora as engenhocas; em Natal (5), São Gonçalo (31), Ceará Mirim (42), entre São José de Mipibu e Papari (33), Canguaretama (11) em Goianinha e Ares (23). A exportação do açúcar em 1854 era de 80.749 arrobas, em 1859 subiu para 350.000 arrobas. (10)

As atividades produtivas correspondiam as tarefas manuais do escravo, o aumento do número

de engenhos e as extensões da área cultivada não poderiam ocorrer sem uma solução quantitativa da mão de obra. Outra estimativa da população da província em 1835 registra 10.240 escravos (negros e pardos). Em 1844, para uma população de 149.072 habitantes, foram consignados 23.467 escravos e elevam-se em 1890 para 24.236 (11). O Surto econômico decorrente da atividade canavieira chegou aproximadamente até 1870, quando cedeu para a agricultura do algodão no Seridô, com maior demanda nos mercados europeus e da América do Norte.

No ano de 1877, mais uma grande seca assolou a província, provocando uma verdadeira catástrofe, principalmente no sertão, mas suas consequências chegaram até o agreste e proximidades do litoral. A população sertaneja necessitada, imigra para estas regiões. A verba da receita nos produtos econômicos se eleva e sobretudo o imposto sobre a venda dos escravos, que de vinte e sete contos chegam a sessenta. Os senhores que possuíam escravos no algodão e na pecuária, premida pelos acontecimentos, foram obrigados a vender sua escravaria para o Ceará e o Maranhão.

O mercado deste comércio é realizado em Mossorô, porque sua posição geográfica no Estado facilitava a saída para aquelas províncias. O número de escravos registrado depois prova a consequência do fato: o decréscimo no ano de 1879 é para 10.282, em 1881 para 9.367, em 1883 para 9.087, em 1884 para 7.623. (12). Nesta década acentua-se consideravelmente nas fazendas do sertão e nos engenhos o número de trabalhadores livres,

também em consequência do movimento abolicionista que promoveu a alforria de centenas de escravos pelos seus senhores. O trabalho livre consistiu uma transição, efetuando-se através da incorporação progressiva ao processo produtivo da força de trabalho dos moradores. O morador se estabeleceu na propriedade, para defender a sua subsistência numa pequena área da terra que era concedida pelo proprietário. A última relação de escravos, em 31.03.1877, acusava apenas 2.161. O número 08, do Boletim da Sociedade Libertadora Norte-Riograndense, de 15.04.1888, informa que existem apenas 482 escravos em toda província.

NOTAS BIBLIOGRAFICAS

1. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 15.^a ed. São Paulo. Editora Nacional. 1977. pag. 17
2. GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 4.^a ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977. pag. 116.
3. JÚNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. 15.^aed. São Paulo. Brasiliense 1972. Pag. 79.
4. EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudanças: a indústria açucareira em Pernambuco. 1840-1910. Campinas - Universidade Estadual de Campinas. 1977. Pag. 41
5. IANNI, Octávio- Escravidão e racismo. Hucitec. 1978. São Paulo. pag. 6
6. Ob. cit. pag. 98
7. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Capital e propriedade de fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1979. pag. 21.
8. Ob. cit. pag. 99
9. CASCUDO, Luiz da Câmara. História do Rio Grande do Norte. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1955. Pag. 45

10. MEDEIROS, Tarcísio. Aspectos geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte. Imprensa Universitária. 1973. Natal-RN. Pag. 71

11. CASCUDO, Luiz da Câmara. História do Rio Grande do Norte. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1959. pag. 187.

12.0b. Cit. pag. 46

2.1- OS SUBSÍDIOS DO GOVERNO E CAPITALS NOS ENGENHOS CENTRAIS.

O açúcar brasileiro foi atingido por diversas crises na segunda metade do século XIX. Daí as iniciativas para modernizar a indústria açucareira com a introdução do moinho a vapor, a adoção de cilindros horizontais aperfeiçoados, a utilização do bagaço e a adaptação das caldeiras a este combustível, os modernos processos de fabricação do açúcar branco. Também cada vez mais aumentou o interesse do capital estrangeiro para o Brasil e a necessidade de adaptar a produção econômica ao trabalho livre. Estas foram as principais causas para que o governo imperial planejasse a instalação dos engenhos centrais.

Os engenhos seriam semelhantes a experiência bem sucedida realizada nas Antilhas e se apoiava em dois princípios fundamentais: a atração de capitais para a fabricação do açúcar e separariam a atividade agrícola da industrial. Esta separação permitiria à central das Antilhas intensificar a acumulação do capital no setor da fabricação do açúcar, garantindo a regularidade do fornecimento da matéria prima através da plantação de numerosos plantadores(1).

O processo de instalação foi somente depois da lei imperial de 1875 e a intenção era atrair importantes investimentos. Esses engenhos seriam mantidos com a garantia de obtenção de juros com os capitais empregados, garantia que era dada pelo governo. Pertenceriam

às companhias estrangeiras que não podiam cultivar a cana e como iriam receber a matéria prima de áreas muito amplas, deveriam construir estradas de ferro para o transporte da cana dos partidos até à fábrica. Tratou o Estado de determinar a localização dos engenhos centrais e que cada um destes engenhos tivesse sua área de influência. O governo garantiria o juro do capital empregado pelas companhias estrangeiras.

Durante a década de 1870, o governo imperial e o governo provincial começaram a oferecer subsídios aos engenhos centrais. A Assembléia Provincial aprova a lei nº 1.141 de 08 de junho de 1874, que autorizava o Presidente da Província de Pernambuco a promover seus engenhos centrais, garantindo um lucro de 7% sobre 500 contos, por engenho, em 20 anos. A Keller Company, da Suíça, ganhou o primeiro contrato concedido pela lei nº 141, em janeiro de 1875. Deveria construir um engenho em Água Preta, e assinou contrato de fornecimento de cana em 1875.

Outra empresa francesa, a Fives Lille, recebeu a mesma concessão. O governo imperial assumiu com seus próprios subsídios os engenhos centrais. Ainda em 1875, nova lei permite os juros de 7%, por 20 anos, sob os subsídios de 30 mil contos. Também determinava que as companhias que estabelecessem engenhos centrais, deveriam reservar 10% do seu capital, garantido para fazer empréstimos a 8% a cultivadores de cana, com garantia de safras e outros investimentos.

A nova lei obrigou uma revisão no contrato da Keller, com o argumento dos membros da Sociedade

Auxiliadora da Agricultura em Pernambuco, de que os enge
nhos reaparelhados com máquinas modernas poderiam render
maior produção do açúcar do que o projetado engenho da Kel
ler, que só poderia ter lucros pagando baixos preços pela
cana. Alteradas as cláusulas do contrato, incluíam mais
salvaguardas para o governo, duplicada a garantia à empre
sa e exigida produção duplicada. Por esta razão, a Keller
não construiu seu projetado engenho, como também a empresa
Five Lilles e dos senhores de engenho de Pernambuco, que re
ceberam concessões semelhantes (2).

A partir da década de 1880, o governo
imperial aplicou uma nova lei, relacionou o capital de lu
cro assegurado com a produção do açúcar: 500 contos ga
rantidos por engenho produtor de mil toneladas; 750 contos
garantidos pelo dobro desta produção, mil pelo quadru
plo, etc. Os usuários teriam direito de expropiação para facili
tar o transporte da cana, com isenção de impostos de impor
tação e preferência no uso e aquisição de terras da provín
cia. A nova lei especificava a distribuição dos 30 mil
contos e Pernambuco recebeu a maior parcela do total. Em
Pernambuco duas empresas inglesas conseguem levar ao fim
seus projetos à Central Sugar Factories of Brasil, que cons
truíram os primeiros engenhos do Cabo, Escola, Água Preta
e Palmares. A North Brazilian Sugar Factories Limited re
cebeu concessões para construir 15 fábricas em várias pro
víncias do Brasil, entre as quais uma em Pernambuco.

Outra iniciativa para a construção de
engenhos centrais partiu dos próprios pernambucanos, tam
bém beneficiados por subsídios concedidos pelo governo in

perial. Nova lei provincial foi promulgada e agora os empréstimos seriam diretos, em vez de retornos garantidos. Os cinco engenhos construídos por pernambucanos foram bem sucedidos. O governo imperial fez ainda as últimas tentativas de promover engenhos centrais, mesmo depois de decretada a abolição. Dois decretos elevaram os subsídios individuais e para conceder subsídios maiores para engenhos de menor porte. O primeiro governo republicano duplicou o capital disponível através de outro decreto. Não obstante quase uma dúzia de concessões fossem feitas para Pernambuco na vigência destas três leis, não resultou em nenhum engenho central (3).

Ocorreram dificuldades e contradições no sistema dos engenhos centrais. Estes engenhos provocaram um boom na produção açucareira: a melhoria dos meios de transporte tornou mais eficiente e mais rápida a entrada do açúcar na praça do Recife. Porém, a verdade é que desde 1885 começaram a aparecer os primeiros e grandes problemas ocasionados pelos engenhos centrais. Daí e até a primeira década da República, a crise da produção açucareira continuaria. Os problemas fundamentavam-se essencialmente quanto a repartição da atividade industrial modernizada e controlada pelo capitalismo industrial e financeiro, estrangeiro ou nacional.

Enquanto isso, o setor agrícola é superado pelas técnicas e principalmente pelo ideal social da classe que a explorava, considerando-se o abastecimento dos engenhos centrais em matéria prima. Os engenhos centrais modernizam-se e os senhores de engenho tornam-se apenas sim

ples plantadores da cana. O senhor de engenho que é favorecido na comercialização da produção porque está pouco envolvido nesta operação, continua porém a possuir grandes latifúndios. Renunciando à produção industrial, é rejeitado no setor mais dinâmico da economia regional e isto representa um declínio de sua influência política e social.

Outros fatores técnicos acrescentam-se ao não êxito dos engenhos centrais: a maquinaria obsoleta, o traçado das linhas férreas com percursos mal escolhidos, instalações em áreas pouco favorecidas pela natureza, problemas de mão de obra especializada. Ainda as concessões foram entregues quase sempre a especuladores interessados na garantia de lucros que as leis permitiam (4).

2. DECOMPOSIÇÃO DO COMPLEXO RURAL NORDESTINO PELO CAPITAL NA
ECONOMIA AÇUCAREIRA: ENGENHOS CENTRAIS E USINAS.

2.2 - O CAPITAL INDUSTRIAL E FINANCEIRO NAS USINAS DE AÇUCAR.

A usina do açúcar substituiu o sistema dos engenhos centrais. Aparentemente voltou o sistema de produção semelhante à do antigo engenho: os dois setores da produção açucareira agrícola e industrial reúnem-se em uma só empresa. Na realidade, a usina representa a consolidação do capital industrial e financeiro no campo, passando a controlar todo o processo econômico do açúcar; da cultura da cana da sua industrialização à comercialização.

Os governos republicanos, desde o início, começaram a apoiar as usinas. Em decreto publicado em 15 de outubro de 1890, fica estabelecido que "o Governo do Estado promoverá a fundação de pequenas usinas e o desenvolvimento de empresas deste gênero já existentes em favor exclusivamente de proprietários agrícolas". Esta lei oferecia empréstimos de 200 contos em títulos estatais a 7%, aos agricultores que construíssem usinas produtoras de 900 toneladas de açúcar por safra. Nos anos seguintes o governo subsidiou muitas usinas.

Entre 1892 e 1896, período da administração de Barbosa Lima, o montante de empréstimos se elevou mais uma vez a um total de 13.950 contos, distribuídos a 26 usinas. Outros governantes continuaram a incentivar a instalação das usinas, para os concessionários que mantiveram em dia os pagamentos de seus juros, porém ainda foi pequeno o número dos que tentaram amortizar os juros. Em

1911, quando três quartos da dívida deveriam estar liquidados, somente quatro usinas tinham cumprido suas obrigações.

As medidas de estímulo às usinas de açúcar tornaram-se possíveis pela razão do controle que os novos industriais passaram a exercer sobre a administração estadual. Os novos usineiros eram quase sempre senhores de engenho, ou seja, membros da antiga oligarquia. Sinais de tensão crescente ocorreram entre os tradicionais senhores de engenho e os usineiros, surgiram nas lutas pelos contratos de fornecimento de cana e nas condições de zoneamento de plantações em algumas usinas em áreas da zona da mata. Estas tensões aumentaram quando as usinas aos poucos foram se apossando dos engenhos e diminuindo a categoria dos proprietários, ao nível de simples arrendários e fornecedores de cana, sendo assim necessário uma grande mão-de-obra (5).

Nas usinas, a mão de obra formada de trabalhadores assalariados, era recrutada no meio rural na área de influência da usina ou de regiões de transição com a zona da mata. Esta mão-de-obra é absorvida e, como alternativa, migram para as cidades. É a decomposição do complexo rural, que libera uma certa quantidade de mão-de-obra agrícola. Deve-se à economia monocultura alcançar níveis crescente de produtividade do trabalho, e o processo de industrialização da cana absorver uma quantidade limitada de mão-de-obra (6).

"Até a primeira década do século XX, possivelmente, o complexo rural não superou sua conformação estrutural, refletindo-se basicamente no problema do excedente e no problema do mercado" (7). Wilson ainda

observa que a rígida estrutura da propriedade faz com que o regime de salários se torne de fato de "fachada". As mudanças nas relações de produção pouco se modificam qualitativamente, permanecendo, a baixa eficiência, a baixa produtividade e os reduzidos salários. O processo de acumulação nas usinas, se alicerça na apropriação da mais valia, produzida pelos operários assalariados e, assim, o capital se realiza enquanto relação social. Porém, o processo de acumulação é condicionado por dois fatores básicos: os limites estruturais do mercado do açúcar e as consequências da vinculação mantida entre o capital industrial e a propriedade fundiária (8).

As ligações entre a indústria açucareira e o capital urbano começa com a introdução de máquinas desde a segunda metade do século XIX, um endividamento progressivo e portanto uma dependência dos produtores em relação aos comissários e aos financistas do Recife. O fenômeno evidencia-se nos fins do segundo reinado e durante todo o período republicano.

Na primeira República, ocorre uma forte penetração de capitais estrangeiros que se dirigem principalmente para o financiamento de modernização, como a construção de ferrovias, portos, reformas urbanas, etc. Porém são os bancos, particularmente os estrangeiros, que se encarregam de financiar a produção e que controlam todo o comércio exterior. Entretanto, os privilégios e o apoio do capitalismo urbano beneficiam muito as usinas em relação aos antigos engenhos, embora estes sejam capazes de se adaptar às novas conjunturas e somente desaparecerão como unidades de produção de alguma importância depois de 1930.

O fenômeno usineiro é importante para explicar o crescimento de Recife, não somente pela concentração de operações financeiras, criação das indústrias de bem de consumo como pelo crescimento demográfico. O novo grupo dos usineiros não constitui um elemento social ativo na edificação de uma sociedade mais aberta e democrática. A estrutura montada, a partir do fenômeno usineiro, é possuidor de um caráter mais aristocrático e autoritário, portanto não houve uma ruptura estrutural na economia agroindustrial Nordestina (9).

O consumo do açúcar elevava-se consideravelmente, sobretudo nas grandes cidades do Centro-Sul do país. A produção para o mercado interno levou Pernambuco a se manter como primeiro produtor do país. O encarecimento do crédito e as oscilações do preço do açúcar fizeram com que as novas empresas açucareiras do Estado sofressem um intenso processo de descapitalização. Com efeito, o desestímulo a investimentos de maior vulto pelo governo que determinou a construção de pequenas empresas, fixando em cem toneladas diárias de cana, a capacidade de esmagamento das usinas a serem beneficiadas com estímulos governamentais. Mas só muito lentamente as usinas conseguem elevar sua capacidade produtiva.

Em 1918, 63% das usinas de Pernambuco não ultrapassavam a capacidade de trezentas toneladas diárias de canas esmagadas. Segundo uma relação, em 1918, de usinas em Pernambuco, sobre um total de 54 empresas, haviam sido construídas 34 no século anterior. A oscilação do preço do açúcar proporcionou uma grande instabilidade fi

nanceira das empresas, provocando o desaparecimento ou fu
são de um certo número delas. A propriedade é transferida
a outros usineiros ou capitalistas urbanos. Apesar das
subvenções oficiais, os usineiros são obrigados a recorrer
a empréstimos privados, junto a bancos ou particulares. O
capital exterior à agricultura penetra na produção açuca
reira (10).

A partir da década de 1820, a produção
nacional das usinas aumenta cada vez mais em São Paulo,
Rio de Janeiro e Pernambuco. Os 2.569.285 sacos produzi
dos em Pernambuco na safra de 1925/1926, evoluem para
4.603.127 sacos, em 1929/1930. Esta expansão é justamente
num momento de menos exportação, provocando intensa concor
rência entre os diversos estados produtores no mercado in
terno. O consumo nacional se elevou, porém foi impossível
absorver a produção do ano de 1930 e os estoques dos anos
anteriores. A queda do preço foi imediata, a crise é ge
ral em todo o país. A super produção também ocorria em
todos os países produtores da cana, daí o problema de ex
portar para o mercado internacional. Ainda considera Naza
reth Wanderley "que sob o impacto da crise de 30 a interven
ção do Estado será definida em termos de uma política cen
tralizada na esfera federal, e reguladora do comércio e da
atividade produtiva".

BIBLIOGRAFIA

1. ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no nordes te. Brasiliense. 1972. São Paulo.
2. CASCUDO, Luiz da Câmara. História do Rio Grande do Norte. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1955.
3. CANO, Wilson - Raízes de Concentração Industrial em São Paulo - Campinas 1976.
4. EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança. A Indús tria açucareira em Pernambuco. 1880-1910. Paz e ter ra. 1977. Rio de Janeiro.
5. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Nacional-1977. São Paulo.
6. GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. Paz e Terra. 1977. Rio de Janeiro.
7. JÚNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. Bra siliense 1972. São Paulo.
8. JANNI, Octávio. Escravidão e Racismo. HUCITEC. 1978. São Paulo.

9. JÚNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. Brasi
liense. 1972. São Paulo.
10. JÚNIOR, José Ribeiro. Colonização e Monopólio no Nordes
te Brasileiro. HUCITEG. 1976. São Paulo.
11. LOPES, José Sérgio. O Vapor do Diabo: o trabalho dos
operários do açúcar. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
1978.
12. MEDEIROS, Tarcísio. Aspectos Geopolíticos e Antropologi
cos da História do Rio Grande do Norte. Imprensa Uni
versitária. 1975. Natal.
13. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Religião: SUDE
NE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio
de Janeiro. Paz e Terra. 1977.
14. PERRUCCI, Gadiel. A República das Usinas: um estudo de
História Econômica Social no Nordeste. 1889-1930. Rio
de Janeiro. Paz e Terra.
15. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Região: SUDENE,
Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de
Janeiro. Paz e Terra. 1977.
16. SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urba
na. Nacional 1977. São Paulo.

17. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Capital e Propriedade de Fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco. Rio de Janeiro. Paz e Terra 1977.

3.1 - AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA INDÚSTRIA

3. AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ECONOMIA AÇUCAREIRA

3.1 - AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA INDÚSTRIA

A mão de obra, na economia açucareira do Rio Grande do Norte e comum ao Nordeste açucareiro é formada pela mão de obra fabril ou industrial e a mão de obra de trabalhadores do campo. Esta população é ocupada na produção açucareira da grande propriedade usineira e da pequena propriedade.

Na mão de obra fabril destacam-se os profissionais que trabalham no processo de fabricação do açúcar e nos transportes e máquinas (cozinhador, soldador, evaporador, motorista, maquinista); os artistas ou oficiais que trabalham nas oficinas (carpinteiro, torneiro, serralheiro e pedreiro). Ainda os outros operários ajudantes, que trabalham ligados a um artista ou a um profissionalista, e desempenham tarefas específicas em função do trabalho útil do operário principal.

Os operários ganham um salário, de acordo com a produção ou hora de trabalho, variando o preço desse trabalho de acordo com o seu profissionalismo ou ofício. Procuram render no trabalho o máximo de produção, porque temem que apareça um outro que o substitua, principalmente entre os ajudantes que recebem um salário inferior.

Os salários são pequenos, a rendados operários é baixa, correspondendo plenamente a mais val

lia relativa que o sistema capitalista impõe. Mesmo assim, os empregos são muitos disputados, primeiro porque não existe outra ocupação que remunere melhor no setor; segundo porque oferece as vantagens empregatícias das leis trabalhistas.

Os vínculos empregatícios do operário estão associados à possibilidade de obter o usufruto de uma casa na usina. Os operários que passam a morar na vila operária, começam então a contar com uma série de recursos para o desenrolar de sua vida cotidiana, dependendo das decisões e da prática da administração da Usina. Recebem uma série de concessões da administração na manutenção da casa: lenha para os seus fogões, água e luz, escola para seus filhos, benefícios do Centro Social, etc. (1).

3.2 - AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO

A mão de obra do trabalho do campo é constituída por moradores das pequenas propriedades e até mesmo das terras das Usinas; por trabalhadores que residem nos povoados ou cidades da área da influência das pequenas propriedade ou das Usinas; e pelos trabalhadores "de fora", estes moram mais distante da área canavieira. Quando os trabalhadores são moradores, seu trabalho é pago por salário e dispõem de uma pequena área para cultivar alguns produtos de subsistência, dedicando-lhe alguns dias de trabalho.

Frequentemente o proprietário necessita um dia do seu trabalho, sem que este seja remunerado, representa para o proprietário a diminuição do custo da matéria-prima. É comum encontrar este tipo de trabalhador morando nas terras da pequena propriedade, porém já é raro encontrá-lo nas terras das Usinas. A plantação da cana se estende horizontalmente em toda área e não permite outra forma de ocupação. Quando ocorre são em terras imprestáveis, ou nas terras de "descanso", a espera de ser "virada", para novo plantio de cana.

Os trabalhadores da área de influência da Usina ou os de fora são recrutados por um responsável por esta tarefa conhecido pelo nome de "cabo". Geralmente os trabalhadores sazonais, obtêm empregos nas turmas de corte e empilhamento da cana, para as máquinas enchedeiras que depositam a cana nos transportes. Enquan

to. isso, os trabalhadores considerados da área na pequena propriedade, trabalham o ano inteiro na limpeza do terreno, no adubo que é posterior ao plantio e também no corte. Todos os trabalhadores são assalariados, ganhando pela produção do seu trabalho, na limpeza ou "limpa" do terreno por braça, no plantio por carreira e no adubo por saco, no corte por braça.

O salário é uniforme para todos os trabalhadores, são muito baixos e o trabalhador tem que produzir em dobro para ganhar mais. Nas usinas a produtividade do trabalho é a força que o trabalhador rende junto às inovações técnicas da agricultura e nas pequenas propriedades é limitada esta força no dobro da produção. A força de trabalho assim vendida proletarizou ainda mais o trabalhador do campo (2).

O avanço da cultura da cana desenvolveu-se em duas direções. Na primeira direção ultrapassou a área propriamente de monocultura que é a da zona da Mata, alcançando faixas limítrofes com o agreste. Estas terras arrendadas ou mesmo habitadas por moradores, foram recuperadas pelos proprietários, para o cultivo da cana. Na segunda direção as lavouras da cana ocuparam as áreas dentro das propriedades, destinadas à subsistência dos seus moradores. Antes, o uso das terras favorecia aos seus arrendatários ou moradores pela pequena cultura de subsistência e pela acomodação natural de não precisarem sair das terras em busca de salário para subsistir. (3).

Os produtos de subsistência represen

tava um complemento ao salário mesmo insuficiente. A invasão da cana nas terras, mesmo quando continuam residindo na propriedade, significou a perda desse complemento, passando o trabalhador a viver exclusivamente do seu salário. Ainda o pagamento por diária de trabalho foi substituído pelo salário produção, o que exaure as forças físicas do trabalhador.

O salário-produção para os proprietários oferece indiscutíveis vantagens: obtêm por igual remuneração uma produtividade maior, além de não fazer outras despesas com fiscais, ou qualquer outro tipo de despesa. Para o trabalhador, essa forma de pagamento pela força do trabalho na economia do açúcar quase não oferece vantagens: diminui a possibilidade de emprego, a competição é muito maior de trilhar a trajetória de ser operário ajudante da Usina, etc. A grande parte dos trabalhadores, assim marginalizados pelo processo capitalista da economia terminam por abandonar o campo, as dificuldades e as barreiras os decidem a procurar as cidades para se engajar precariamente no terciário. (4).

NOTAS BIBLIOGRAFICAS

01 - LOPES, José Sergio, O vapor do Diabo: o Trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro. Paz e Terra 1978 pag 23.

02 - ANDRADE, Manuel Correia de, A Terra e o Homem no Nordeste, Brasiliense 1972. São Paulo pag. 320.

03 - WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, Capital e propriedade Fundiária: Suas articulações na economia de Pernambuco. Rio de Janeiro. Paz e Terra 1979 pag. 88

04 - GUIMARÃES, Alberto Passos, Quatro séculos de Latifúndio. Paz e Terra 1976. Rio de Janeiro: pag. 176.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O auge da produção açucareira no nordeste colonial começou em 1550 e terminou em 1650. A cana-de-açúcar dominou a lista de exportação do país quando o mercado mundial do açúcar atraiu os fatores móveis da produção: capital trabalho. Foi de grande significado a propriedade fundiária para a economia açucareira. As exportações diminuíram nos 150 anos que se seguiram, embora considerando-se a queda do volume de exportação do açúcar durante o século XVIII. O valor ganho nesta atividade, quase interrompida, superou o da mineração.

No início do século XIX as exportações do açúcar cresceram, causando uma nova distribuição de rendas verticalmente. A atividade exportadora regularmente chegou a níveis bastante elevados, tanto em termos de quantidade do produto, quanto em termos de capital e trabalho empregados. Foi através do monopólio da propriedade da terra que os senhores de engenhos controlaram a força de trabalho, monopólio que permitiu a manifestação da cultura extensiva, dispensando dessa maneira maiores investimentos no setor agrícola da produção, deixando o escasso capital disponível para as indispensáveis transformações no setor da fabricação do açúcar.

A economia açucareira do nordeste, observa Celso Furtado, "resistiu com efeito a mais de três séculos, as mais prolongadas depressões, recuperando-se sempre que permitiam as condições do mercado externo sem sofrer ne

nhuma modificação estrutural de grande significação". A produção do açúcar representou a principal atividade econômica da região nordeste, organizada em função da exportação. Tendo praticamente perdido seus mercados externos, a produção do açúcar voltou-se quase exclusivamente para o mercado interno, necessitando, para este fim, de modificações nos seus processos de industrialização.

As formações sociais escravistas no Novo Mundo foram determinadas pela reprodução do capital mercantil e, a partir do século XVIII, pelo capital industrial. Do século XVI ao século XIX os movimentos, as articulações internas e externas das formações escravistas são influenciadas e mesmo determinadas pelas exigências do capital europeu.

Desde os fins do século XVIII começou a desenvolver-se algum tipo de antagonismo entre as exigências do capitalismo e a formação social escravista. Para compreender este antagonismo é indispensável conhecer a formação social escravista como uma estrutura político-econômica singular.

A formação social escravista deve ser vista como uma estrutura peculiar de apropriação econômica e dominação política, a qual deve-se entender a especificidade de sua produção econômica, das técnicas de violências, dos padrões de organização e controle do trabalho escravo. No sistema de escravidão, a mercadoria é a própria pessoa do escravo, cujo preço equivale ao da compra do escravo. O escravo é propriedade do seu senhor, seu trabalho assegurado quase por coação física, corretivos, e sua vontade é sujeita ao poder do senhor.

O nível das relações de produção foi decisivo nos processos de transformação industrial e na abolição do tráfico de escravos. No Brasil a escravidão não foi extinta porque se tornou improdutiva em si, mas em relação com as outras formas de organização social e técnica das relações de produção, emergentes no país e em expansão no âmbito do capitalismo mundial. A abolição numa visão mais ampla constitui uma medida de caráter mais político que econômico. A escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder que como forma de organização de produção.

No Rio Grande do Norte, no período considerado "ciclo da cana-de-açúcar no nordeste", não houve a indústria açucareira. A produção de açúcar ainda é insignificante no século XVIII. A partir dos meados do século seguinte é quando ocorre o "boom" açucareiro, pela mesma razão da elevação da produção açucareira no nordeste.

A economia açucareira, nesta época no Rio Grande do Norte, chegou a se igualar com a economia da pecuária. Na década de 1870 se impõe a cultura e a comercialização da cana-de-açúcar pela crise que esta atravessa no mercado internacional e também no mercado interno. Os engenhos produzindo açúcar de qualidade inferior e não atendendo às exigências do consumidor.

O trabalho escravo no Rio Grande do Norte, não foi uma determinante econômica, os escravos não somavam um grande número, não era mesmo compatível com as necessidades da indústria açucareira. Os recursos econômicos dos senhores de engenhos não permitiam a compra de um maior número de escravos.

Por esta razão, além do escravo, existia nos

engenhos o trabalhador livre, os lavradores que moíam ou cultivavam a cana, os moradores em geral mestiços, que cultivavam produtos de subsistência e periodicamente trabalhavam nas lavouras de cana, e os empregados que recebiam salários ocupando-se nos cargos administrativos dos engenhos.

O senhor de engenho, para suprir a carência do trabalho braçal, facilitava o estabelecimento dos moradores em suas terras, com a obrigação de trabalhar dois ou três dias de trabalho semanal por baixo salário ou mesmo sem nenhum salário. Desse modo, os senhores proprietários de engenhos procuraram fixar a mão-de-obra e diminuir o custo da produção.

O engenho central implica, basicamente, na divisão do trabalho, os proprietários agrícolas cultivando a cana sem processá-las, remetendo-a para os engenhos centrais próximos. Cada produtor poderia dedicar seus recursos apenas à agricultura. Os proprietários dos engenhos centrais podiam dedicar seus recursos ao setor industrial com investimentos de capital. Estimularam um uso mais econômico de terra e mão-de-obra. Incentivos governamentais são oferecidos aos investidores na produção açucareira.

As primeiras tentativas de subsidiar os engenhos centrais fracassaram por motivos imediatos, como a falta de capital e a má fé. Estes fracassos no início, ou precisamente a realidade dos primeiros contratos de fornecimento de cana modificaram o entusiasmo de alguns plantadores. A legislação procurou proteger os produtores de cana brasileiros, através da garantia de preços e da segurança dos contratos de fornecimento.

A construção dos engenhos centrais era considerada como uma solução parcial, apenas para resolver a situação dos proprietários. A Sociedade de Agricultores Pernambucanos procurou estimular os senhores de engenhos a promoverem a modernização de suas fábricas. Pode-se afirmar que os senhores de engenho subestimaram a concorrência que as centrais fariam as suas próprias fábricas. A aristocracia de Pernambuco lutava pela direção do conjunto da atividade produtiva assegurada pelo monopólio da propriedade. Segundo Nazareth Wanderley, "não consistia propriamente uma oposição ao capitalismo estrangeiro, mas da defesa dos mecanismos de sua própria dominação!"

No Brasil, os engenhos centrais representam uma iniciativa do governo sob pressão dos grupos agroçucareiros ainda no poder. Os próprios grupos agroçucareiros brasileiros que defendem a instalação dos engenhos centrais. Na verdade, os engenhos centrais não deveriam passar de simples meios auxiliares ou instrumento de sustentação dos grandes proprietários de terra. O novo sistema não representa uma solução definitiva para o problema açucareiro. A análise das diversas tentativas empreendidas para a construção dos engenhos centrais permite compreender a natureza do conflito e a resistência dos proprietários rurais pernambucanos.

As relações pretensamente estabelecidas entre os plantadores de cana e a indústria projetada foi a principal causa do fracasso dos engenhos centrais.

A usina do açúcar era diferente dos engenhos particularmente quanto à divisão do trabalho. Especializava-se no fabrico do açúcar, plantava e comprava cana dos

fornecedores, e ainda produzia sua matéria-prima. O governo republicano, desde o início apoiou as usinas. Deve-se o êxito das usinas subsidiadas de 1890 aos legisladores e administradores que estruturaram melhor as suas leis; o sistema de empréstimos diretos em títulos, em vez de garantia do retorno forçava o concessionário a levantar capital nos mercados financeiros brasileiros; a usina funcionou melhor do que o engenho central porque não dependia totalmente dos grandes fornecedores independentes da matéria-prima.

O aparecimento das usinas marca um recuo do capital estrangeiro em Pernambuco. Gadiel Perruci chama a atenção para alguns autores modernos, que consideram a retomada da industrialização do açúcar pelo capital nacional como uma das características do fenômeno usineiro nordestino. A usina não tem obrigações com o Estado, é uma empresa privada, tem liberdade para se instalar, plantar cana-de-açúcar, tornando-se assim independente. A criação de usinas são também estimuladas por uma legislação de incentivos; inclusive a maioria dos governadores são influenciados por este novo setor ou são eles próprios usineiros.

A ausência de um mercado à sua volta colocou a indústria açucareira no nordeste numa posição semelhante a dos tempos coloniais. Agora teria de competir com um concorrente poderoso, o usineiro paulista, que acabaria por tirar-lhe a hegemonia nacional e poder dominar mais da metade da produção. Para produzir lucrativamente para um mercado distante, teria que produzir a custos mais baixos, que somente poderia ser realizado pelas grandes usinas e melhor equipadas. A usina precisaria de maior extensão de terras e, para tal, apossa-se das terras vizinhas, diminuindo ainda mais o

mercado.

A concentração do latifúndio usineiro teve consequências desastrosas para a economia nordestina, onde a penetração capitalista encontrou uma área secularmente em pobrecida pela extensa concentração de riqueza e agravando-a mais. A usina retirou de suas propriedades pequenas e médios proprietários, rendeiros e parceiros, expulsando-os das suas lavouras, acabando com uma variedade de cultura indispensável ao abastecimento das populações vizinhas e reduzindo o âmbito e a capacidade do próprio consumidor. A decomposição do complexo rural, acelerada pela penetração no campo do capital industrial altamente concentrado, não deixou de impedir que boa parte da população emigrasse para as cidades.

O sistema usineiro provoca mudanças importantes nos modos de produção do açúcar e dos transportes, na expansão capitalista e no poderio de grupo de usineiros. O caráter agro-industrial do fenômeno usineiro e não apenas industrial, representa sobremodo os limites da modernização e dos compromissos possíveis dos grupos agrários com o capitalismo industrial e financeiro. O sistema usineiro deixa intacta a estrutura de dominação agrária regional, acentuando o caráter monocultor da economia nordestina.

A empresa açucareira adquire cada vez mais caráter capitalista e encara seu investimento em terras como aplicação de capital, que deve proporcionar uma taxa de lucro. O aproveitamento das terras para o plantio de cana-de-açúcar é um determinante, sendo mais racional assalariar os trabalhadores e utilizar as áreas antes ocupadas como cultivo de subsistência para plantar a cana. Foram assim substituí

das as relações de produção pré-capitalistas sobre as quais se acentuava o complexo rural.

A decomposição do complexo rural libera uma certa quantidade de mão-de-obra; o processo de industrialização da cana-de-açúcar absorve uma quantidade limitada de mão-de-obra. A economia monocultora chega a alcançar níveis crescentes de produtividade do trabalho, sem que a população encontre ocupação alternativa de trabalho quando se desloca à procura de emprego. É verdadeiramente grande o número de pessoas sub-utilizadas ou ocupadas precariamente nas atividades urbanas, e desta população grande parte é constituída pelos marginais da economia de mercado.

O processo produtivo da cana-de-açúcar coloca a mão-de-obra à disposição dos proprietários pelo monopólio da terra. A população, desprovida dos meios de produção e da terra, é levada a vender a força de trabalho. Para o usineiro, a renda que interessa é aquela representada por uma parcela da produção de cana gratuita ou pelo trabalho não remunerado, o que permite reduzir os custos da produção. Tratando-se dos moradores, o uso de uma pequena área de terra constitui um complemento ao seu trabalho remunerado, porém está subordinado a prestação de um trabalho gratuito.

Numa economia capitalista, o processo de acumulação alimenta-se da mais valia produzida pelos trabalhadores engajados no processo produtivo. Desta mais valia, uma parte destina-se a remuneração do capital investido, a outra parte é apropriada pelo usineiro e representa o seu lucro, e uma terceira parte é investida no processo de produção. Como o capital tem um custo elevado, e para garantir o

seu lucro, o proprietário se apropria o mais possível da mais valia, evitando, o desvio de parte dela para os proprietários do capital e aumentando a taxa de exploração da força de trabalho.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 . WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977, pag. 39.
- 2 . EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1880 - 1910. Paz e Terra 1977. Rio de Janeiro. Pag. 111
- 3 . Ob. Cit. Pag. 115
- 4 . PERRUCCI, Gadiel. A República das Usinas: um estudo de história social e econômica no nordeste. 1889-1930. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978. Pag. 117.
- 5 . WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco, Rio de Janeiro. Paz e terra 1979. pag. 47.
- 6 . SINGER, Paul - Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana Nacional 1977. São paulo. Pag. 318.
- 7 . CANO, Wilson - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Campinas 1976. Pag. 97
- 8 . WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco, Rio de Janeiro. Paz e Terra 1979 pag. 50.

9 . PERRUCCI, Gadiel. A República das Usinas: um estudo de história social e econômica no nordeste. 1889-1930.

Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1978 pag. 123.

10. EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1880 - 1910. Paz e Terra 1977. Rio de Janeiro pag. 124.

11. GUIMARÃES, Alberto Passos - Quatro Séculos de Latifúndio. Paz e Terra 1977. Rio de Janeiro. Pag. 176

